



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS

ATA DA 104ª REUNIÃO, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2023

Em 27 de outubro de 2023, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades Minerárias (CMI) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente suplente Fernando Baliani da Silva, representante da SEMAD; Representantes do poder público: Vitor Takahashi Rosa, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Joana Moraes Rebelo Horta Lopes, da Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig); Silvana Mônica Vaz, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Cícero Antônio Miranda Barbosa, da Agência Nacional de Mineração (ANM). Representantes da sociedade civil: Thiago Rodrigues Cavalcanti, do Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (Ciemg); Francisco de Assis Lafetá Couto, do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais (Sindixtra); Neide Nazaré de Souza, da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, do Instituto Heleno Maia da Biodiversidade (IHMBio); Geraldo Majella Guimarães, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas Gerais (Assemg). **Assuntos em pauta.**

1) ABERTURA. Verificado o quórum regimental, o presidente suplente Fernando Baliani da Silva declarou aberta a 104ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** O conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa justificou sua ausência na reunião anterior por uma emergência de saúde e que não foi possível comunicação ao suplente em tempo hábil para substituí-lo. O presidente Fernando Baliani da Silva manifestou a satisfação pela presença do conselheiro nesta sessão. **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Não houve comunicados. **5) EXAME DA ATA DA 103ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 103ª reunião da Câmara de Atividades Minerárias, realizada em 29 de setembro de 2023. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindixtra e Zeladoria do Planeta. Abstenção: ANM. Ausências: IHMBio e Sesi. Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa/ANM: "Cícero, pela ANM, abstém-se pelo fato de não ter participado da última reunião." **6) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 6.1) Mosaic Fertilizantes P&K Ltda. Barragem BR. Alçamento Cota 1210 metros. Barragem de contenção de resíduos ou rejeitos da mineração. Tapira/MG. PA/SLA/nº 4148/2022, ANMs 930.785/1988 e 833.476/2012. Classe 6. Apresentação: Supram TM. Retorno de vista pelos conselheiros Heleno Maia Santos Marques do Nascimento, representante do Instituto Heleno Maia da Biodiversidade (IHMBio); Fernando Benício de Oliveira Paula, representante da Associação Ambiental e Cultural Zeladoria do Planeta; Francisco de Assis Lafetá Couto, representante do Sindicato das Indústrias Extrativas de Minas Gerais (Sindixtra); e Thiago Rodrigues Cavalcanti, representante do Centro Industrial e Empresarial de Minas Gerais (Ciemg).** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemg, Sindixtra, Zeladoria do Planeta e ANM. Abstenção: IHMBio. Impedimento: Codemig. Ausência: Sesi. Justificativa de abstenção. Conselheiro Heleno Maia Santos Marques do Nascimento: "Eu vou me abster desta votação por desconhecimento do processo. Na verdade, não houve a possibilidade para analisar o processo." Manifestação de impedimento. Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: "A Codemig gostaria de se declarar impedida no item 6.1, da Mosaic." **7) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO E A LICENÇA DE OPERAÇÃO - "AMPLIAÇÃO". 7.1) Nacional de Grafite Ltda. Lavra a céu aberto. Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; Pilhas de rejeito/estéril; Unidade de Tratamento de Minerais - (UTM), com tratamento a úmido; Canalização e/ou retificação de curso d'água. Pedra Azul/MG. PA/nº 00128/1987/016/2018. Classe 6. Apresentação: Supram JEQ.** Licença concedida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Copasa, Segov, Ciemg, Sindixtra, Zeladoria do Planeta, IHMBio e ANM. Ausências: Codemig e Sesi. **7.2) Gransena Exportação e Comércio Ltda. Lavra a céu aberto de rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos. Diamantina/MG. PA/SLA/nº 905/2023. Classe 04 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b).** **Apresentação: Supram JEQ.** Licença indeferida por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindixtra, Zeladoria do Planeta, IHMBio e ANM. Ausência: Sesi.

8) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 8.1) Salitre Fertilizantes Ltda. Complexo Minerioindustrial Serra do Salitre. Barragem de contenção de rejeitos/resíduos; Implantação ou duplicação de rodovias. Serra do Salitre/MG. PA/nº 09039/2005/006/2017, SEI/nº 1370.01.0024678/2021-63, ANMs 830.373/1995 e 830.374/1995. Classe 6. Apresentação: Supram TM. Licença renovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, IHMBio e ANM. Ausência: Sesi. 9) PROCESSOS ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO. 9.1) Micapel - Mineração Capão das Pedras Ltda. Lavra a céu aberto. Rochas ornamentais e de revestimento. Ouro Preto/MG. PA/nº 00257/2000/009/2016, ANM 832.602/1983. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram NOR. Licença renovada por unanimidade nos termos do Parecer Único. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, IHMBio e ANM. Ausência: Sesi. 9.2) Pedreira e Britadora Cantieri Ltda. Extração de rocha para produção de britas; Unidade de Tratamento de Minerais (UTM), com tratamento a seco; Formulação de adubos e fertilizantes. São Sebastião do Paraíso/MG. PA/SLA/nº 981/2023, ANM: 830.676/1979. Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram SM. Licença renovada por unanimidade nos termos do Parecer Único, com as seguintes alterações: – Exclusão do item 1 do Anexo II, relativo a efluentes líquidos; – Inclusão da condicionante nº 8 no Anexo I, com a seguinte redação: “Apresentar relatório técnico e fotográfico com ART das manutenções ou justificativa pela não realização / limpeza dos sistemas de tratamento de efluentes líquidos (biodigestor e caixas SAO). Prazo: semestralmente*. *Enviar anualmente, à Supram Sul de Minas, até o último dia do mês subsequente ao aniversário da licença ambiental.”; – Alteração do último parágrafo do item 8.2, relativo a efluentes líquidos, no corpo do parecer, devendo constar: “Será mantida, nesta Renovação da Licença de Operação - RenLO, condicionante comprovando manutenção dos sistemas de tratamento de efluentes líquidos, visando constatar a eficiência do tratamento.” Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta e ANM. Ausências: IHMBio e Sesi. 10) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE DA LICENÇA DE OPERAÇÃO. 10.1) Kinross Brasil Mineração S/A. KBM. Unidade de Tratamento de Minerais (UTM). Paracatu/MG. PA/nº 00099/1985/076/2016. ANM: 832.602/1983. Classe 6. Apresentação: Supram NOR. Alteração de condicionante aprovada por unanimidade nos termos do Parecer Único, com nova redação para a condicionante nº 28: “Realizar Consulta Pública junto às Comunidades Quilombolas de Machadinho, Família dos Amaros e São Domingos, com a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, ou outro órgão público federal que eventualmente venha a substituí-lo, para apresentação do Plano Básico Ambiental específico para Apoio e Valorização das referidas Comunidades Quilombolas, com respectivo cronograma executivo e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, para adoção das medidas de controle e mitigação de impactos ambientais, sociais, culturais e territoriais. Os resultados da consulta deverão ser implementados após a aprovação pelas comunidades diretamente afetadas, o que deverá ser comprovado junto à Supram NOR, mediante apresentação de relatório técnico fotográfico. Prazo: 360 (trezentos e sessenta) dias”. Votos favoráveis: Assemg, Sede, Sedese, Codemig, Copasa, Segov, Ciemg, Sindiextra, Zeladoria do Planeta, IHMBio e ANM. Ausência: Sesi. 11) ASSUNTOS GERAIS. Presidente Fernando Baliani da Silva: “Passando para o item 11, Assuntos Gerais, nós temos um inscrito: Sr. Julio Grillo. Eu gostaria de franquear a palavra ao Sr. Julio Grillo.” Julio Cesar Dutra Grillo/Fórum Permanente São Francisco: “Bom dia a todos. As reuniões têm sido bem mais rápidas do que na minha época. Eu gostaria de me apresentar, sou Julio Grillo, vice-presidente do Fórum Permanente São Francisco, fui conselheiro na Câmara de Atividades Minerárias por muitos anos, fui também conselheiro no Plenário do COPAM. Eu queria falar com vocês hoje aqui sobre um assunto que tem me preocupado muito, que tem tomado muito do meu tempo, que é a vulnerabilidade dos sistemas de disposição de rejeitos frente aos eventos extremos decorrentes da crise climática. Eu vou ler aqui um pedacinho. Na quarta-feira agora, dia 25, nós tivemos uma reunião em que foi feita uma avaliação pelo coordenador Geral de Ciência do Clima do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, Sr. Márcio Rojas, em que ele diz: ‘Os impactos da mudança do clima que o Brasil vai sentir serão muito mais severos do que a média global.’ Ele afirmou isso, na quarta-feira, no Museu de Astronomia, no Rio de Janeiro. E ele cita ali o IPCC e as projeções do IPCC, dizendo que, de acordo com o órgão científico global, ‘a tendência é de aumento na frequência e na intensidade de ondas de calor, precipitações em curto período, entre outros extremos climáticos conforme o cenário de aquecimento global’. Eu queria então mostrar alguns dados aqui mais recentes do que são esses fenômenos, eventos extremos, do ponto de vista de precipitação. Nós tivemos em Ligúria, na Itália, 740 mm em 12 horas, ou 883 em 24 horas. Tivemos em Petrópolis, em março de 2022, 547 mm em 24 horas. Em Zhengzhou, na China, em julho de 2022, nós tivemos 644 mm em 24 horas. No caso de Zhengzhou, é uma coisa interessante: essa é uma região mais seca, em que essa precipitação equivale a mais do que a média de precipitação anual em um único dia. Eles foram calcular taxa de recorrência dessa precipitação, e deu que foi uma recorrência de 154.000 anos, do ponto de vista de Erosividade, que é uma coisa que nós não calculamos no Brasil para esses fenômenos e que deveríamos calcular. Agora este ano, já em fevereiro, em Bertioiga, tivemos 478 mm em 8 horas; 683 mm em 24 horas. Em Cabralia, 417 mm em 12 horas; em Beihay, na China, 65 mm em 24 horas. E vai um monte de números assim. Quer dizer, não apenas está aumentando a intensidade da precipitação, como está aumentando a frequência de fenômenos extremos. Por exemplo, nós tivemos agora recentemente, num prazo de 20 dias, eventos extremos de precipitação de chuva em três locais completamente diferentes do planeta: em Nova York, na

Líbia e em Porto Alegre. Eu estou dizendo isso tudo para mostrar para vocês o seguinte: precipitações acima de 450 mm, 500 mm, 600 mm estão ficando normais, estão virando o novo normal. Nós temos que nos preocupar com isso. Recentemente, nós fizemos um pedido, o Fórum Permanente São Francisco fez um pedido via Assembleia Legislativa, e a FEAM respondeu que os vertedouros das nossas barragens são calculados, no caso de chuvas decamilenares, para até 350 mm de precipitação num dia; e no caso de PMP, precipitação máxima provável, até o máximo de 400 mm. Isso quer dizer o seguinte: nem uma única das nossas barragens ou pilhas de rejeito resistem a um desses eventos extremos, que já estão aí, não são mais uma conjectura. Estou preocupado com isso, conseguimos uma audiência pública na Assembleia Legislativa, conseguimos levar o Claudinei, da ANM, levamos uma representante da FEAM. E realmente não tem nada que se possa dizer, o que se pode dizer é o que o Paniago me disse numa reunião na Defesa Civil, que ele virou para mim e falou o seguinte: 'Mas isso está previsto e contemplado no artigo 24 da Resolução 095/2022.' Eu disse para ele: 'Claro, eu sei, eu participei disso, eu trabalhei no anexo dessa resolução, representando a sociedade civil.' Só que naquela época nós não tínhamos essa preocupação, e que agora ela é urgente. E a fórmula de cálculo das chuvas decamilenares já mostrou o seguinte: ela não resiste aos eventos extremos. O artigo 24 da Resolução 095 tem que ser alterado. Simultaneamente com isso, os procedimentos internos da SEMAD e da FEAM têm que ser alterados. E as empresas têm que ter uma ação proativa do ponto de vista de preparar esses nossos sistemas de extravasamento de águas pluviais. É chato ter que dizer isso, mas esses eventos extremos, eu vou dar para vocês algumas pequenas lembranças. É desagradável fazer essa lembrança, mas eu vou tentar mostrar para vocês o que podem ser as consequências dessas chuvas e de fenômenos como a erosividade das chuvas sobre as nossas barragens de rejeitos ou pilhas de rejeitos. Se por acaso uma chuva como essas que eu apresentei os números anteriormente cair na bacia a montante das barragens da Kinross, em Paracatu, nós perderemos o rio São Francisco de Paracatu até o Atlântico, provavelmente, por um século. Porque essa barragem tem arsênio, cianeto e mercúrio, e o arsênio não se transforma na natureza, ele continua sendo um veneno. Se essa chuva cair numa bacia a montante da Represa de Caldas, nós vamos jogar material radioativo lá em Buenos Aires, nós vamos pegar captações de água do Brasil, do Paraguai, do Uruguai, da Argentina, e jogar material radioativo nelas. Se isso cair a montante da barragem de Casa de Pedra, nós vamos matar umas 3.000 pessoas. Quer dizer, isso tem que ser objeto de discussão, rápida, responsável; não pode ser postergada. Eu entendo que um Conselho de Política Ambiental do Estado tem a função de discutir política ambiental. Neste caso, a Câmara de Atividades Minerárias, fazendo parte deste Conselho, tem que colocar esse assunto na mesa, todo mundo tem que discutir isso com senso de urgência e responsabilidade. E gostaria de acrescentar no final também outra coisa desagradável. Vocês me desculpem já de antemão. Mas um conselheiro, seja ele da sociedade civil ou do Estado, quando participa de um Conselho como este, está como um servidor público. E a Lei de Crimes Ambientais, de fevereiro de 1998, diz claramente que o servidor público que, por ação ou omissão, participar direta ou indiretamente de um crime ambiental será responsabilizado civil e criminalmente. Então eu quero com isso apenas fazer um alerta para que os conselheiros não pensem que isso é um problema dos outros, isso é também um problema da Câmara de Atividades Minerárias. Me desculpem pela forma como eu coloquei isso, mas a intenção é suscitar em vocês um sentimento de urgência e de importância no trato dessa questão que é a vulnerabilidade dos nossos sistemas de disposição de rejeitos frente aos eventos extremos decorrentes da crise climática. Muito obrigado. Era o que eu queria dizer. Um abraço a todos." Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa: "Só para fazer umas considerações em respeito à manifestação do Sr. Grillo. Eu anotei duas palavras importantes que ele falou no final: senso de urgência e responsabilidade. A responsabilidade, entendo eu que é de todo setor, é do setor privado, do setor público, da academia, da ciência, na medida que têm que ser desenvolvidas novas técnicas de construção de barragens, de gerenciamento de rejeitos. Como veio nos últimos anos, o empilhamento drenado vem avançando bastante. Enfim, a responsabilidade é de todos, não é apenas deste Conselho. E também falando da responsabilidade, quando se coloca um assunto – aqui eu ainda falo como geólogo, engenheiro geólogo –, o Sr. Grillo colocou assim, corretamente, o posicionamento de uma visão desses eventos climáticos extremos; ele citou o IPCC e outras instituições e colocou o ponto de vista do IPCC; mas neste tema de eventos climáticos extremos o outro lado da moeda, que é muito mais difundido na comunidade geológica e tudo, é que esses eventos não são previsíveis. É claro que nos projetos de construção de pilhas, de barragens de rejeito, têm que ser considerados os eventos extremos, mas eles não são previsíveis como colocou o colega Grillo. Então para a população que nos ouve essa palavra minha aqui é mais de trazer um outro ponto de vista..." Julio Cesar Dutra Grillo/Fórum Permanente São Francisco: "Desculpa, eu não coloquei 'previsíveis', eu disse que eles vão correr, a gente não sabe quando e onde." Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa: "Quando ele colocou que os eventos estão cada vez mais recorrentes está pressupondo uma certa previsibilidade. Não podemos falar que eles estão mais recorrentes ou menos recorrentes, se eles são, por definição, imprevisíveis. Se o sol soltar um pouco mais de energia, o clima da terra muda o tempo todo. Se um vulcão entrar em erupção... Como aconteceu várias vezes, o Tora Bora, entre outros vulcões, até no final do século XX, teve alteração da temperatura global. A gente não consegue prever quando o vulcão vai entrar em erupção, não consegue prever, por exemplo, essas chuvas que tiveram aqui em janeiro de 2020, em Minas Gerais, em Belo Horizonte, na Zona da Mata. Chegou a chover 300 mm num dia; o normal é chover 200, 250, 300 mm no mês inteiro. Isso foi a chuva de um dia. Então passou assim – só uma crítica geral – um certo alarmismo. Não temos que ficar alarmados com essas coisas. Chamar atenção que isso é responsabilidade de todos, a gestão dos resíduos, a geração de conhecimento, difundir o

conhecimento, como está acontecendo com o empilhamento drenado, está se tornando comum, está se tornando rotineiro, e estão sendo desenvolvidas novas técnicas, e está sendo aprimorado. Então, concordo, sim, é responsabilidade deste Conselho discutir esses assuntos, mas não só do Conselho, é de toda a sociedade. Eu queria deixar aqui essas considerações e passar essa ideia não tão alarmista, ou seja, o outro lado da moeda. Muito obrigado.”

Conselheiro Geraldo Majella Guimarães: “Bom dia a todos. Eu sou engenheiro de minas e geólogo também. Eu gostaria de, primeiro, agradecer o alerta do Sr. Julio Grillo. Isso é uma coisa que temos acompanhado, principalmente quem é da área da mineração tem acompanhado. A questão da responsabilidade é muito importante, concordo também, ninguém delega isso, não tem como transferir. Responsabilidade é uma coisa que temos que assumir e fazer. Também concordo com o profissional da área na questão da imprevisibilidade. Isso é muito importante, temos que ver isso. Só que tem um problema que eu vejo. Está acontecendo, esse que é o problema. E por ser imprevisível nós podemos ter. Eu não gostaria de falar isso, mas, infelizmente, por ser imprevisível, esses eventos podem acontecer justamente nos locais citados pelo Sr. Grillo. Esse que é o problema da imprevisibilidade. E nós da engenharia temos que lidar com isso. Eu entendo que pode ser tomado como alarmismo, poderia, sim, depende de quem e de como estamos avaliando, mas eu prefiro tomar como um aviso, como um alerta, para que sejamos proativos. E se pudermos ser proativos começamos a olhar a montante de nossas barragens que têm capacidade de risco ou têm uma classificação de risco enorme. Nós temos que olhar para elas diferente. Ou seja, o que eu posso fazer, caso um evento desse aconteça, para que eu evite esse volume absurdo, astronômico, inimaginável de água caindo numa barragem dessa. Nós temos que olhar isso. Eu não vejo como alarmismo, se trata como uma boa engenharia. Se tem um evento que pode ocorrer, e eu não o previ, perfeito, concordo, realmente não foi previsto. Mas agora acontece que eu tenho a ocorrência de eventos que anteriormente eu não previa. E se eles acontecem, estão acontecendo, e a frequência é um parâmetro importante, nós temos que estar atentos. Não se trata assim: ‘Ah, eu vou seguir o manual, eu tenho regras, tenho protocolos, tenho como apresentar projeto.’ Tenho. Mas eu não posso esquecer disso, absolutamente. E eu gostaria, digamos, que os imprevisíveis continuassem imprevisíveis e ocorressem, digamos assim, esporadicamente. Não é o que está acontecendo, e realmente esses registros existem. Então eu acho o seguinte, nós temos que trazer isso para o debate mesmo, temos que começar a olhar para as nossas barragens com muito cuidado. Essa de Casa de Pedra, por exemplo, não preciso falar, ela é dentro da cidade. Então temos que estar atentos a isso. Não estou querendo ser meio político, concordo com um lado, concordo com o outro. Não é isso. É temos que olhar das duas maneiras, olhando pela engenharia e olhando pela própria imprevisibilidade dos eventos naturais. Era só isso que eu queria falar. Obrigado.”

Conselheira Maria Eugênia Monteiro de Castro e Silva: “Eu gostaria de fazer uma consideração. Compartilho muito da opinião do Julio e tenho essa preocupação da mesma forma, especialmente nos novos projetos de rejeitos drenados. Independente de eventos climáticos extremos, nós sabemos que o nosso clima é diferente de outras regiões. Nós temos um clima tropical e, previsivelmente, temos chuvas de formas recorrentes. Então eu tenho uma preocupação em relação aos projetos – é uma preocupação técnica mesmo –, no sentido da acuidade desses projetos e da necessidade de cuidado em relação a isso. Sabemos que os minérios estão cada vez mais pobres em relação, especialmente, ao minério de ferro, e, consequentemente, vamos ter cada vez mais geração de mais rejeitos e, o que mais me preocupa, numa granulometria muito fina, o que torna ainda mais vulnerável as pilhas. Eu sei que esse processo que o Julio está sugerindo é muito longo, alterar ou incluir alguma consideração em alguma resolução ou no caso do órgão ambiental, mas acho que vale a ressalva e vale o cuidado. Era só isso que eu queria falar e também tenho essa preocupação. Em relação às estruturas já existentes, eu acho mais preocupante, porque, em termos de monitoramento, eu fico pensando o que poderia ser feito, o que já está implantado. Mas especialmente em relação aos projetos que estão por vir eu acho que tem que se tomar muito cuidado realmente com as normas de construção desses depósitos, tendo em vista a nossa condição climática, independente desses fenômenos. Então era só agradecer, acho que é sempre válida a atenção nesse aspecto. Obrigada.”

Conselheiro Cícero Antônio Miranda Barbosa: “Só para complementar minha fala, eu também quero ressaltar um ponto, eu estou muito de acordo com a preocupação do Sr. Julio, da colega Maria Eugênia e de outros que colocaram bem. Eu só quis ressaltar, na minha fala anterior, que, quando ele expôs que os eventos estão mais recorrentes e tal, era necessário também de botar um pouco o outro lado da visão. Mas estou 100% de acordo que nós temos que debater e discutir esses assuntos, que as barragens que foram construídas lá atrás são ponto de preocupação, que os eventos climáticos, as chuvas intensas causam uma maior dificuldade na gestão dessas barragens. São um risco, nós temos que ficar atentos, porque sabemos que uma barragem de rejeito, se você gerenciar a freática é importantíssimo. Estou de acordo com relação a isso. Só quis botar um conjunto de palavras para as pessoas entenderem que este Conselho faz o trabalho dele, e, principalmente, que a responsabilidade é do conjunto da sociedade, é da ciência, é das empresas. E aqui nós fazemos a nossa parte, nós fazemos o debate, nós fazemos todas as discussões, mas isso é uma parte do quebra-cabeça. E, principalmente, um problema de engenharia. As barragens têm que ser construídas corretamente, pensando nesses eventos extremos e pensando em tudo mais. É só isso, para dizer que é mais concordância do que discordância com os colegas que me antecederam.”

Julio Cesar Dutra Grillo/Fórum Permanente São Francisco: “Sintetizando aqui, o Geraldo Guimarães disse praticamente tudo que eu poderia dizer sobre a imprevisibilidade. O que eu tenho dito nessas minhas falas sobre esse assunto de vulnerabilidade é que esses eventos vão ocorrer aqui. Não sabemos quando nem onde, mas vão ocorrer. Provavelmente, não será neste verão, porque neste verão, como consequência de El Niño, nós teremos uma precipitação menor na nossa região do que

deveria ser. Agora, eu queria fazer uma pequena correção para o Cícero: nós não tivemos chuvas de 300 mm na nossa região. Nós soltamos agora uma nota técnica de nº 06/2023, do Fórum Permanente São Francisco, em que o Euler, presidente, coletou todos os índices de todos os pluviômetros da região metropolitana de Belo Horizonte nos últimos anos. Naquela precipitação em que ocorreu o deslizamento, o escorregamento da pilha da Vallourec, naquele local choveu 204 mm num dia. E só teve um local nesse 8 de janeiro que choveu mais do que aqueles 204 mm, que foi na parte mais baixa de Brumadinho, que choveu 209 mm. Esses números estão todos na nota técnica, vale a pena ler a nota técnica. E aí a minha fala aqui é para que, preventivamente, a ANM observe esse artigo 24, a FEAM observe os seus procedimentos internos do ponto de vista de novos licenciamentos e fiscalizações, mas que, principalmente, as empresas tenham uma ação proativa e já preparem os seus sistemas de extravasamento de águas pluviais para estes eventos extremos, que os números já estão mostrando. E novamente então te agradeço, presidente. E era isso que eu queria dizer.” Presidente Fernando Baliani da Silva: “Obrigado, Sr. Julio Grillo.” **12) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Fernando Baliani da Silva agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

Fernando Baliani da Silva
Presidente suplente da Câmara de Atividades Minerárias



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Baliani da Silva, Servidor(a) Público(a)**, em 24/11/2023, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **77517496** e o código CRC **68E9AF39**.

Referência: Processo nº 1370.01.0051705/2023-59

SEI nº 77517496